

REPORTE RELATIVO À INSPEÇÃO AMBIENTAL DE UMA ATIVIDADE ABRANGIDA PELO REI

N.º 11 do artigo 110º do Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto

1. Dados do UA e da atividade

Nome da entidade: S.P.R.-Sociedade Produtora de Rações Lda

NIF/NIPC: 502515783

Designação do UA: SPR - Sociedade Produtora de Rações, Lda

Morada: Casal da Cruz - 2565-003 Campelos TVD

Freguesia: União das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça

Concelho: Torres Vedras

Latitude (GMS): 39.203299617419574 Longitude (GMS): -9.237825908548668

Setor de atividade: Rações e Moagens

CAE Rev. 3: 10912 Fabricação de alimentos para animais de criação (excepto para aquicultura)

Situação: Em laboração

Categorias de Atividades PCIP: 6.4 b) ii) - Tratamento e transformação, com exceção de atividades exclusivamente de embalagem, das seguintes matérias-primas, anteriormente transformadas ou não, destinadas ao fabrico de produtos para a alimentação humana ou animal, a partir de: Apenas matérias-primas vegetais, com uma capacidade de produção de produto acabado superior a 300 toneladas por dia ou a 600 toneladas por dia, quando a instalação não funcione durante mais de 90 dias consecutivos em qualquer período de um ano

Nº de LA/TUA: TUA20180503000380 Emissão de LA/TUA: 03/05/2018 Validade de LA/TUA: 30/04/2028

2. Dados da inspeção

Data de início: 14/02/2023

- Inspeção ordinária Inspeção extraordinária Motivo da inspeção extraordinária
- Reclamação Acidente/Incidente
 - Pedido institucional Inquérito delegado pelo MP
 - Verif. cump. Mandado Inquérito determinado tutela
 - Outros (especificar)

Tipo de inspeção:

Completa e integrada (envolveu todas as vertentes ambientais previstas na Licença Ambiental)

Vertentes avaliadas

(uma ou mais vertentes avaliadas) Águas de consumo Águas residuais Ar Resíduos
 Ruído AIA Outras vertentes

3. Resultado da inspeção

Em resultado da ação de inspeção verifica-se que:

- Não se constataram incumprimentos durante a ação de inspeção.
- Informação não disponibilizada por força do preceituado no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua atual redação, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental.
-